



## Deficiências de Controle Interno e Escolhas Contábeis Conservadoras e Oportunistas

### RESUMO

**Objetivo:** Analisar a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas.

**Método:** Descrição do objetivo, procedimentos documentais e abordagem do problema de forma quantitativa. A amostra correspondeu de 63 a 77 empresas com dados não balanceados para cada um dos anos de 2010 a 2015, as quais possuíam comitê de auditoria, bem como as demais informações necessárias para a análise. A análise principal foi realizada com base em regressão de dados em painel, por meio do software STATA.

**Originalidade/relevância:** Tem-se como relevante no atual estudo a mensuração e análise das deficiências de controle interno, visto que pouco se discute em pesquisas a nível nacional, devido principalmente a dificuldade de mensuração.

**Resultados:** Os resultados evidenciaram que o ambiente interno da empresa quando apresentava deficiências não impactou em escolhas contábeis conservadoras diferenciadas, mas influenciou significativamente no aumento do nível de gerenciamento para diminuir o resultado. Além disso, constatou-se que as variáveis de controle tamanho da empresa e rentabilidade do ativo influenciaram na diminuição do nível de gerenciamento para aumentar o resultado, o que evidencia a escolha da empresa de diminuir custos políticos.


**Contribuições teóricas/metodológicas:** Como contribuição do estudo percebe-se que em um ambiente fraco de controle interno, mesmo a empresa tendo comitê de auditoria, pode haver um aumento do nível de gerenciamento de resultados, o que prejudica a qualidade da informação contábil.


**Palavras-chave:** Deficiências de controle interno; Comitê de Auditoria; Conservadorismo Contábil; Escolhas Contábeis Oportunistas.


#### How to Cite (APA)

Cunha, P. R. da, Silva, A., & Rohenkohl, L. B. (2019). Deficiências de Controle Interno e Escolhas Contábeis Conservadoras e Oportunistas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 22 (3), 368-385. [http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925\\_2019v22n3a4](http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2019v22n3a4)

---

Paulo Roberto da Cunha   
Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
Universidade do Estado de Santa Catarina, SC,  
Brasil  
E-mail: pauloccsa@furb.br

Alini da Silva   
Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
E-mail: alinicont@gmail.com

Leonardo Bernardi Rohenkohl   
Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
E-mail: leo\_pigos@hotmail.com

---

**Recebido:** Fevereiro 18, 2019  
**Revisado:** Julho 18, 2019  
**Aceito:** Setembro 17, 2019  
**Publicado:** Dezembro 16, 2019



## 1 INTRODUÇÃO

Em meio a escândalos corporativos que ocasionaram descontinuidade de grandes corporações e de empresas de auditoria, devido a fraudes contábeis ou erros de controles internos, nos EUA, criou-se em 2002, a Lei *Sarbanes Oxley* (SOX). A SOX, por meio das seções 302 e 304, implementou novas regras e procedimentos quanto ao controle interno, exigindo que as empresas demonstrassem em relatórios a serem divulgados, a eficácia dos controles internos (Ge & Mcvay, 2005; Zhang, Zhou & Zhou, 2007).

A partir desse cenário normatizado pela SOX, segundo Zhang *et al.* (2007), a auditoria da empresa deve fornecer uma avaliação sobre os relatórios dos controles internos, atestando sua eficácia e apontando as deficiências de controle. A premissa fundamental da SOX em relação aos controles internos é de que quanto maior a sua eficácia, maior será o benefício para os usuários das informações da empresa, principalmente para investidores, diminuindo assim as distorções de informações financeiras, tornando-as mais confiáveis (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr. & Lafond, 2008).

Quando os controles internos não possuem eficácia, então podem apresentar algumas deficiências de controle, ou seja, falhas no desenho ou na implementação de uma atividade de controle, as quais podem comprometer as operações da empresa, bem como as informações contábeis a serem divulgadas aos usuários externos (Bryan & Lilien, 2005). De acordo com Hogan e Wilkins (2008) as deficiências de controle interno e uma contabilidade de “má qualidade” possuem grande relação, visto que os relatórios financeiros são um produto da gestão. No tocante à gestão da empresa, se os controles proferidos por ela não forem robustos e eficientes, então poderão reportar relatórios em desconformidade com as normas recomendadas.

Em relação as normas recomendadas, têm-se práticas conservadoras e oportunistas (não recomendada), que podem ser adotadas pelos gestores da empresa, em que práticas conservadoras remetem a utilização do conservadorismo contábil e práticas oportunistas remetem a não observância da característica qualitativa da informação contábil de representação fidedigna. O conservadorismo contábil refere-se à utilização de escolhas contábeis que reportem subavaliação de ativos e receitas, bem como superavaliação de passivos e despesas, a fim de não reportar informações contábeis excessivamente otimistas (Basu, 1997).

A representação fidedigna, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 (CPC 00, 2011) faz menção ao fato de que as informações contábeis devem representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe evidenciar, e que a informação deve ser completa, neutra e livre de erro, principalmente desprovida de viés de seleção. Por tal motivo, a não conformidade à característica de representação fidedigna pode ser associada à prática de gerenciamento de resultados, evento ocasionado por vieses oportunistas de gestores para mascarar resultados, reportando informações incompletas e enviesadas.

A existência de fraca estrutura de controles internos cria situações oportunas para os agentes gerenciarem resultados (Chan, Farrel & Lee, 2005) e ocasionar deficiências nos controles internos. Por outro lado, a complexidade e a eficácia do controle podem auxiliar na diminuição de práticas oportunas, impactando também nos níveis de conservadorismo, tempestividade e relevância (Almeida, 2010).

Neste sentido, estudos publicados em periódicos internacionais têm investigado a relação entre deficiências de controle interno e a utilização do conservadorismo contábil ou da prática de gerenciamento de resultados, a fim de observar se determinadas escolhas contábeis estão mais ou menos associadas as deficiências de controle interno (Ashbaugh-Skaife *et al.*, 2008; Doyle, Ge & Mcvay, 2007; Goh & Li, 2011; Ji; Lu & Qu, 2016). No estudo de Doyle *et*

al. (2007) os autores analisaram a relação entre a qualidade dos controles internos e a qualidade dos lucros, sob a ótica do gerenciamento de resultados em empresas dos EUA.

Ashbaugh-Skaife *et al.* (2008) observaram se as deficiências de controle interno acarretaram informações financeiras menos confiáveis, sob as *proxys* de qualidade do lucro e conservadorismo condicional, em empresas dos EUA. Goh e Li (2011) analisaram a relação entre os controles internos e o conservadorismo condicional em empresas que divulgaram fraquezas materiais nos controles de acordo com a SOX. E, Ji *et al.* (2016) investigaram o impacto das deficiências do controle interno no conservadorismo contábil em empresas chinesas.

Observa-se nos estudos internacionais supracitados, que foi constatada a relação entre deficiências de controle interno e determinadas práticas contábeis, como conservadorismo contábil e/ou gerenciamento de resultados, em empresas dos EUA e chinesas, o que oportuniza a realização de análise de tais fenômenos em empresas brasileiras. Deste modo, tem-se como problema de pesquisa: qual a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas? A fim de auxiliar na resolução desta problemática, tem-se como objetivo de pesquisa analisar a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas.

A presente pesquisa possui como justificativa a análise de deficiências de controle interno e práticas contábeis em cenário brasileiro, visto que a maioria dos estudos (Ashbaugh-Skaife *et al.*, 2008; Doyle *et al.*, 2007; Goh & Li, 2011; Jiang, Rupley & Wu, 2010,) concentram-se em análise de empresas dos EUA, as quais possuem obrigatoriedade, de acordo com a *Securities and Exchange Commission* (SEC), de divulgar relatórios sobre as deficiências de controle interno, o que oportuniza tais pesquisas pela disponibilidade de informações. Entretanto, no cenário brasileiro como as empresas listadas em bolsa não necessitam divulgar informações sobre as deficiências ou eficácia do controle interno, podem gerar como consequência a incipiência de estudos nesta temática, pela dificuldade de identificação e mensuração de tal fenômeno.

Motivados por esta necessidade de se avaliar as deficiências de controle interno em pesquisas nacionais, Teixeira (2015) desenvolveu uma metodologia de identificação de deficiências de controle interno de empresas brasileiras, por meio da análise de conteúdo dos relatórios empresariais. O autor observou os determinantes e consequentes das deficiências de controle interno, não observando a relação entre as deficiências de controle com práticas contábeis, o que se observa como lacuna a ser preenchida pelo presente estudo.

Ainda, de acordo com Goh e Li (2011) descobertas acerca da relação entre deficiências do controle interno e práticas contábeis auxiliam no desenvolvimento da literatura sobre os efeitos de controles fortes e fracos em empresas. Parte-se do pressuposto de que a contabilidade possui qualidade, quando os controles são eficazes e rígidos o suficiente para que as normas e princípios contábeis sejam atendidos pelas empresas.

O presente estudo investiga a relação entre estes fenômenos em um cenário institucional único em relação às pesquisas anteriores, o que pode contribuir com evidências empíricas sobre a possibilidade de implantação de um quadro regulamentar, por organismos de regulação, sobre o controle interno em empresas brasileiras. Tal contribuição sobre quadro regulamentar também foi observada por Ji *et al.* (2016), os quais observaram tais fenômenos em empresas chinesas, que também não possuíam obrigatoriedade de divulgação das deficiências de controle interno.

## 2 RELAÇÃO ENTRE ESCOLHAS CONTÁBEIS CONSERVADORAS E OPORTUNISTAS E DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO

As escolhas contábeis envolvem um conjunto diversificado de atividades, que podem afetar os números contábeis, merecendo maior atenção sobre àquelas que possuem impacto direto no lucro ou fluxo de caixa das empresas (Francis, 2001). Para Fields, Lys e Vincent (2001) uma das escolhas contábeis refere-se à prática de gerenciamento de resultados, ocasionado por comportamento oportunista do gestor, entretanto esta não é a única, havendo outras formas de escolhas contábeis.

Escolha contábil refere-se à decisão sobre uma alternativa, dentre várias, para mensuração ou divulgação contábil, com o objetivo de influenciar o sistema de contabilidade e a saída de informação em relatórios e demonstrações financeiras (Fields et al., 2001). Para restringir as escolhas tem-se os contratos, onde delimitam informações específicas como remunerações fixas, variáveis, períodos de vendas e compra de ações, objetivos gerenciais propostos pelos acionistas, entre outros (Fields et al., 2001; Watts; Zimmerman, 1986).

A Teoria da Agência auxilia a explicar estes fenômenos, pois prevê alguns problemas de agência ocasionados por diferentes incentivos e pela separação entre propriedade e controle das empresas, em que uma forma de diminuir estes problemas de agência refere-se à criação de restrições contratuais, que rege as atividades do agente (Warfield, Wild & Wild, 1995). Porém, estas restrições contratuais podem fornecer incentivos aos agentes ou administradores para escolher técnicas de contabilidade específicas, reportando informações de acordo com o esperado, mas para isso podem manipular estas informações.

De acordo com Fields et al. (2001), reguladores contábeis têm despertado atenção e preocupação sobre lacunas que as normas de contabilidade possuem e que podem favorecer determinadas escolhas contábeis. Cabe aos reguladores entender as vantagens e desvantagens de cada escolha contábil, o que a permissão de determinada escolha pode provocar nas demonstrações contábeis e seus usuários, bem como observar um nível aceitável destas.

De acordo com Watts e Zimmerman (1990) as escolhas contábeis podem ser separadas em *ex ante* e *ex post*, em que escolhas contábeis do tipo *ex ante* são previstas em contratos, com o intuito de o gestor realizar escolhas contábeis eficientes, já as escolhas contábeis do tipo *ex post* são caracterizadas como oportunistas, em que o agente realiza escolhas contábeis com o intuito de reportar algum benefício à empresa ou a seu próprio benefício, podendo manipular informações.

Neste sentido, na literatura não se observa uma separação formalizada e/ou padronizada de escolhas contábeis, sendo *ex ante* ou *ex post*, ou seja, escolhas contábeis sendo realizadas para trazer eficiência para a empresa e escolhas contábeis sendo realizadas para reportar em benefícios privados a empresa ou ao agente. Isto ocorre, pois o que torna uma escolha contábil *ex ante* e *ex post* é a motivação para a realização de tal comportamento, sendo que esta motivação ou incentivo pode variar de empresa para a empresa, sendo estes argumentos pautados por Watts e Zimmerman (1986).

Entretanto, há alguns achados em estudos empíricos, que contribuem para a identificação de uma escolha contábil sendo *ex ante* ou *ex post*, ou seja, uma escolha contábil que pode melhorar a qualidade da informação contábil ou prejudicar a informação contábil. De acordo com Hu, Li e Zhang (2014) a informação contábil apresenta maior qualidade quando estas são mais conservadoras e de acordo com Jones (1991) possui menor qualidade quando estas são oportunistas pela ótica do gerenciamento de resultados.

Em relação ao conservadorismo contábil, segundo Basu (1997), este se refere à escolha contábil de reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos econômicos, sendo que gerentes possuem incentivos para divulgar voluntariamente más notícias e suprimir boas



notícias sobre a empresa, com o intuito de não reportar informações contábeis mais otimistas do que realmente são. Ainda, para Hu *et al.* (2014), escolhas conservadoras podem ser observadas quando há reconhecimento de perdas no resultado desde que prováveis e também quando há o adiamento do reconhecimento de ganhos até que sejam verificáveis. Para FASB (1980), o conservadorismo contábil é uma escolha prudente que tenta garantir que incertezas e riscos dos negócios das empresas estejam reportados em relatórios, pela escolha menos otimista de determinado fato contábil.

Por outro lado, quanto ao gerenciamento de resultados, têm-se evidências de que este surge de escolhas contábeis oportunistas dos gestores, que pode aumentar a assimetria da informação e prejudicar a qualidade da informação contábil. O oportunismo provém de uma escolha contábil irrestrita, onde são transmitidas informações para o benefício da empresa ou do próprio gestor. Por exemplo, os gestores podem escolher métodos de contabilidade específicos para o aumento do preço das ações em determinados períodos em benefício de ações que ele mesmo possui, ou então podem ser motivados por uma avaliação objetiva dos acionistas para que o preço da ação aumente (Fields *et al.*, 2001).

Com a ocorrência de escândalos corporativos envolvendo a Enron e outras organizações, teve-se maior percepção de que o gerenciamento de resultados é utilizado de forma oportunista por gestores para garantir seus próprios benefícios particulares, não observando os benefícios dos acionistas (Jiraporn, Miller, Yoon & Kim, 2008). Com base no exposto pelos autores supracitados, pode-se inferir que as escolhas contábeis podem ser eficientes para promover a qualidade da informação contábil e diminuição da assimetria da informação, mas também podem ser oportunistas, com o objetivo de mascarar resultados com o intuito de trazer benefícios particulares, sem observar os interesses dos usuários da informação.

Neste sentido, surge o contexto de escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, sendo que a primeira prima por reportar informações menos otimistas aos usuários para reportar riscos e incertezas dos negócios a estes, e por outro lado, a segunda escolha (oportunista), observada principalmente pelo gerenciamento de resultados, possui o objetivo de mascarar resultados a fim de trazer benefícios particulares, sem a preocupação dos interesses dos usuários da informação.

Com base, nestas inferências, estudos são realizados com o objetivo de identificar em quais contextos internos das empresas que surgem escolhas contábeis conservadoras ou oportunistas, sendo que quando o controle interno não apresenta deficiências, a tendência é a diminuição do gerenciamento de resultados e o aumento de escolhas conservadoras.

Um controle interno deficiente cria interferências e/ou vieses de uma forma negativa, afetando assim a qualidade dos relatórios contábeis internos e externos (Ashbaugh-Skaife *et al.* 2008; Ji, Lu & Qu, 2016). Quanto aos tipos de deficiências que podem ser encontradas nos controles internos das empresas, podem ser classificadas como deficiências significativas ou de fraquezas materiais. Uma deficiência significativa afeta negativamente a capacidade que a empresa tem de iniciar, autorizar, processar ou relatar dados financeiros externos de forma confiável, em conformidade com o que é geralmente aceito pelos princípios de contabilidade (Epps & Guthrie, 2010). Existem certos indicativos para considerar esses tipos de deficiências como significativas, como a probabilidade que elas provoquem relevantes distorções nas demonstrações contábeis, e a possibilidade de o resultado possibilitar perda ou fraude (PCAOB, 2004).

Quanto a fraqueza material, no controle interno, é definida como resultante de uma deficiência significativa ou combinação de deficiências significativas que podem afetar negativamente a qualidade dos relatórios contábeis (Epps & Guthrie, 2010). As fraquezas materiais são mais propensas a resultar em distorções relevantes nas demonstrações contábeis

do que as deficiências significativas, sendo que em ambos os casos a atenção da administração é necessária para corrigir tais falhas no sistema de controles internos (Teixeira, 2015).

Doyle *et al.* (2007) analisaram a relação entre a qualidade dos controles internos e a qualidade dos lucros, sob a ótica de gerenciamento de resultados, no período de 2002 a 2005 em empresas dos EUA. Como resultados observaram que empresas com controle interno fraco possuem menor qualidade de lucros. Ashbaugh-Skaife *et al.* (2008) observaram se a presença de deficiências de controle interno acarretou informações financeiras menos confiáveis, sob as *proxys* de qualidade do lucro e conservadorismo condicional, em empresas dos EUA, no período de 2003 a 2005. Os achados deste estudo demonstraram que após a divulgação das deficiências de controle interno pelas empresas e quando estas conseguiram corrigir os problemas de controle apontados pela auditoria, adotaram práticas mais conservadoras e cautelosas, bem como demonstraram menores variações em contas como provisões, que são passíveis de gerenciamento de resultados.

Goh e Li (2011) analisaram a relação entre os controles internos e o conservadorismo condicional em empresas que divulgaram fraquezas materiais nos controles de acordo com a SOX, no período de 2000 a 2005. Os resultados demonstraram que empresas que apresentaram fraquezas materiais nos controles internos tiveram conservadorismo contábil inferior do que as que não possuíam tais fraquezas.

Ji *et al.* (2016) investigaram o impacto das deficiências do controle interno no conservadorismo contábil em empresas chinesas, no período de 2010 a 2011. Os achados evidenciaram que as deficiências de controle interno impactaram negativamente no conservadorismo contábil, ou seja, empresas que apresentaram maiores fraquezas em seus controles demonstraram menores escolhas contábeis conservadoras.

Em decorrência de se ter resultados ainda preliminares e contraditórios sobre a influência de deficiência de controle interno em práticas oportunistas e conservadoras, apresentam-se como hipóteses de pesquisa somente a relação significativa entre estes fenômenos, não destacando sinais positivos ou negativos esperados, uma vez, que esta relação ainda se encontra incipiente. Desta forma, apresenta-se a Hipótese 1 e 2, que demonstram influência significativa das deficiências de controle interno em práticas conservadoras e oportunistas.

H1: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil conservadora adotada por empresas brasileiras.

H2: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras.

H2a: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para aumentar o resultado.

H2b: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para diminuir o resultado.

Caso se confirmem estas hipóteses, poder-se-á demonstrar que o ambiente interno de empresas, sendo fraco (em relação a contas específicas, demonstrações contábeis, subsidiárias, tecnologia, alta administração, litígios e geral, segundo Teixeira (2015)) pode propiciar determinadas práticas realizadas pelos gestores, demonstrando a importância do controle interno da empresa para com a qualidade da informação contábil. Delimitou-se a Hipótese 2, em sub hipóteses, visto que o gerenciamento de resultados pode ser realizado tanto para aumentar os lucros, quanto para diminuí-lo, podendo apresentar relação diferenciada com as deficiências de controle interno.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população do estudo correspondeu às empresas listadas na Brasil, Bolsa e Balcão SA (B3). A amostra correspondeu a informações de 67 empresas no ano de 2010, de 69 empresas no ano de 2011, de 63 empresas no ano de 2012, de 64 empresas no ano de 2013, de 69 empresas no ano de 2014 e de 77 empresas no ano de 2015, a amostra é não balanceada, devido a ser analisado empresas que possuíam informações válidas em todas as variáveis analisadas.

A amostra restringiu-se às empresas listadas na bolsa que possuíam comitê de auditoria em cada ano analisado, bem como se possuíam as informações necessárias para a análise dos dados. De acordo com a SOX, a função do controle interno é de responsabilidade do comitê de auditoria nas empresas, por isto esta delimitação. O período de análise compreendeu os anos de 2010 a 2015, visto que anteriormente a 2010 nem todas as empresas possuíam formulários de referência, incapacitando a pesquisa. Foi analisado até 2015, visto que possibilitou um conjunto suficiente de informações para a análise e o tempo decorrido desde então tende a não afetar os dados e comportamentos dos fatores, pois se manteve o conjunto de normas recomendadas desde 2010.

Para a coleta de informações de escolhas contábeis oportunistas e conservadoras utilizou-se da base de dados Econômica. Já a coleta de dados para as informações de deficiências de controle interno foi baseada na metodologia de Teixeira (2015), em que para isto foi necessária à análise de conteúdo de relatórios das empresas. Apresenta-se, a seguir, em quadros a operacionalização das variáveis de oportunismo e conservadorismo contábil, bem como das deficiências de controle interno.

As variáveis dependentes, dos modelos principais de análise, são compostas por duas variáveis, tais como: escolha contábil conservadora, oportunizada pelo modelo de conservadorismo contábil de Banker, Basu, Byzalov & Chen, (2016) e escolha contábil oportunista, oportunizada pelo modelo de Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney (1995). Apresenta-se nas próximas equações, os modelos de Banker *et al.* (2016) e o de Jones Modificado de Dechow *et al.* (1995).

(1) Modelo de Banker *et al.* (2016)

$$LPA_{it}/P_{it-1} = \beta_0 + \beta_1 R_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 D_{it} * R_{it} + \beta_4 DS_{it} + \beta_5 \Delta S_{it}/P_{it-1} + \beta_6 DS_{it} X \Delta S_{it}/P_{it-1} v_{it}$$

Em que:

$LPA_{it}$  : denota o resultado contábil do exercício (lucro/prejuízo) por ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$P_{it-1}$  : denota o preço da ação da empresa  $i$  no ano  $t-1$ ;

$R_{it}$  : denota o retorno logaritimizado da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$D_{it}$  : denota variável *dummy* que assume 1 quando o retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$  é negativo e assume valor 0 quando o retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$  é positivo;

$D_{it} * R_{it}$  : denota a diferença entre o impacto dos retornos positivos e negativos. Conservadorismo implica que este coeficiente é positivo, porque uma má notícia (retorno negativo) será refletida no lucro em maior medida do que uma boa notícia (retorno positivo).

$DS_{it}$  : denota uma variável *dummy* que é igual a um se há queda de vendas do ano  $t-1$  para o ano  $t$  e zero caso contrário.

$\Delta S_{it}/P_{it-1}$ : denota uma mudança de vendas em relação ao ano  $t-1$  ao ano  $t$ , (variação das vendas) que é dimensionada (dividido) pelo valor de mercado das ações (preço das ações) no início do ano fiscal.

$DS_{it} \times \Delta S_{it}/P_{it-1}$ : Multiplicação entre as variáveis  $DS_{it}$  e  $\Delta S_{it}/P_{it-1}$ .

O modelo mais usado na literatura para o conservadorismo é o modelo de Basu (1997). Contudo, de acordo com Banker *et al.* (2016) este modelo possui um nível de erro de 25%, causado pela assimetria dos custos pelas variações de vendas, variável esta que não é considerada no modelo. Desta forma, utilizou-se nesta pesquisa o modelo de Banker *et al.* (2016), que pode ser considerado uma evolução do modelo de Basu (1997) para captar o conservadorismo contábil, visto que esse modelo corrige esse problema. Com base na equação 1, pode-se observar o nível de conservadorismo contábil por empresas (coeficiente do  $\beta_3$ ). Este modelo foi capturado por empresa e por ano se utilizando de informações trimestrais.

Em seguida apresentam-se os cálculos para o gerenciamento de resultados das empresas, com dados anuais. Para se observar o gerenciamento de resultados pelo modelo de Jones Modificado, de acordo com Paulo (2007), necessita-se inicialmente rodar o modelo original de Jones (1991) para se observar algumas informações (equação 2) e após realizar novos testes para então se observar a prática oportunista pelo modelo de Jones Modificado (equações 3 e 4).

$$TA_{it} = \alpha \left( \frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it}) + \beta_2 (PPE_{it}) + v_{it} \quad (2)$$

$$NDA_{it} = \alpha \left( \frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it} - \Delta CR_{it}) + \beta_2 (PPE_{it}) \quad (3)$$

Para o cálculo da equação 3 foi necessária à multiplicação do  $\alpha$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$  do modelo Jones (1991) (equação 2) com as variáveis do Modelo Jones Modificado (equação 3), no qual ao final somou-se os valores das variáveis, resultando no valor de *accruals* não discricionários de cada empresa. Logo, conforme Dechow *et al.* (1995) para se estimar os *accruals* discricionários, os quais são os dados passíveis de gerenciamento de resultados, tem-se a Equação 4:

$$AD_{it} = TA_{it} - NDA_{it} \quad (4)$$

Em que:

$AD_{it}$  = *accruals* discricionários da empresa no período  $t$ ;

$TA_{it}$  = *accruals* totais da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$NDA_{it}$  = *accruals* não discricionários da empresa  $i$  no período  $t$ ;

Com base nos *accruals* não discricionários das empresas observados pelo Modelo Jones Modificado diminuiu-se dos *accruals* totais, o qual é observado pela diminuição do lucro líquido com o fluxo de caixa operacional, obtendo-se ao final o valor de *accruals* discricionários, passíveis de gerenciamento de resultados de cada empresa analisada.

Deste modo, com base nas informações das equações de conservadorismo contábil e de gerenciamento de resultados, utilizou-se estas como variáveis dependentes em modelos, e como variável independente de teste o nível de deficiência de controle interno. Para a estimação das deficiências de controle interno das empresas apresenta-se na Tabela 1 a operacionalização da coleta de dados.



Tabela 1

**Constructo das variáveis para a construção do Índice de Deficiência de Controle Interno (IDCI)**

Variáveis	Descrição
Conta Específica (DCI_CE)	Operações com regulamentação complexa; Transações não rotineiras e sistemáticas; Transações internacionais da administração; Incerteza de mensuração; Mensurações contábeis complexas.
Demonstrações Contábeis (DCI_DC)	Instrumentos Financeiros não registrados; Pessoal da área contábil; Histórico de erros passados; Normas contábeis; Distorções Contábeis Futuras.
Subsidiárias (DCI_SB)	Controle compartilhado; Transações com partes relacionadas; Aquisições e reorganizações; Vendas ou probabilidades de vendas.
Tecnologia (DCI_TI)	Incompatibilidade de TI e negócios; Mudança de ambiente de TI; Novos sistemas TI.
Alta Administração (DCI_AA)	Operações instáveis e voláteis; Continuidade dos negócios e liquidez; Mudanças atividades, produtos e outros; Mudanças e/ou expansão de locais; Mudanças na alta administração.
Litígios (DCI_LT)	Órgãos reguladores e governamentais; Obrigações contingentes.
Geral (DCI_GG)	Monitoramento geral; Revisão ou implantação SCI; Segregação de Funções; Reconciliações Contábeis; Deficiências, erros e fraudes.
Origem dos Dados	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.
Operacionalização das variáveis	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.

Fonte: Adaptado de Teixeira (2015).

Por meio da análise de conteúdo nos relatórios constantes na Tabela 1, pode-se identificar as deficiências de controle interno e classificá-las de acordo com as dimensões, sendo que quando a empresa possuía determinada deficiência atribuiu-se 1, caso contrário atribuiu-se 0. Depois desta identificação de deficiências, aplicou-se o método entropia da informação aos dados com exponencial para se observar o nível de informação de cada dimensão (variável) e por fim multiplicou-se este nível (de todas as empresas e da variável) pelas informações de deficiências de cada empresa. Ao final, somaram-se todas as dimensões (variáveis) de deficiências de controle interno a fim de gerar um único indicador (IDCI), demonstrando o nível por empresa de deficiências de controle.

A entropia da informação, de acordo com Zeleny (1982) gera o peso da informação, que é uma medida de importância relativa, relacionada com a quantidade de informação. Quanto mais distintos e diferenciados forem os escores, maior será a soma da informação decisória.

As dimensões de deficiências de controle interno apresentadas e utilizadas por Teixeira (2015) são: deficiência em conta contábil específica, deficiência na elaboração de demonstrações contábeis, deficiências em subsidiárias, deficiências de tecnologia, deficiências da alta administração, deficiências de litígios e deficiências gerais (Silva, Cunha & Teixeira, 2018).

A deficiência de controle interno em conta específica relaciona-se com deficiências ocasionadas nas operações com regulamentação complexa, transações não usuais e internacionais, incerteza de mensuração de contas e de contas complexas. As deficiências com demonstrações contábeis referem-se aos problemas com o não registro de instrumentos financeiros, com os funcionários da área contábil, normas contábeis, distorções passadas e futuras. Em relação às deficiências com subsidiárias entendem-se como problemas com controle compartilhado, aquisições, reorganizações e transações entre as partes (Silva *et al.*, 2018; Teixeira, 2015).

Ainda, deficiências de tecnologia referem-se à incompatibilidade entre TI – tecnologia da informação e negócios, mudanças de sistemas e a utilização de novos sistemas.

Deficiências com a alta administração relacionam-se com operações instáveis, problemas com a continuidade da empresa, mudanças de atividades e produtos, mudança de localização e da administração. As deficiências com litígios configuram-se em problemas com órgãos reguladores e obrigações contingentes. Deficiência geral relaciona-se com problemas no monitoramento da empresa, revisão ou implantação de novo controle, problemas com segregação de funções, conciliação de contas, erros ou fraudes (Silva *et al.*, 2018; Teixeira, 2015). A classificação das deficiências em dimensões auxilia na análise da natureza de cada problema (Silva *et al.*, 2018).

Apresenta-se na Tabela 2 o índice formado de deficiência de controle interno (IDCI) o qual se apresenta como variável independente de teste, bem como as variáveis dependentes de oportunismo e conservadorismo, além das variáveis independentes de controle.

Tabela 2

**Constructo da pesquisa**

Variável	Descrição	Origem dos Dados	Autores
<b>Variáveis Dependentes</b>			
CN (escolha contábil conservadora)	Demonstra o nível de conservadorismo contábil das empresas.	Coefficiente $\beta_3$ do modelo de Banker <i>et al.</i> (2016)	Banker <i>et al.</i> (2016)
GR (escolha contábil oportunista)	Demonstra o nível de gerenciamento de resultados das empresas.	Oriundo do modelo de Jones Modificado (Dechow <i>et al.</i> , 1995)	Dechow <i>et al.</i> (1995)
<b>Variável Independente de Teste</b>			
Índice de Deficiência de Controle interno (IDCI)	Índice formado a partir das variáveis (Quadro2): DCI_CE; DCI_DC; DCI_SB; DCI_TI; DCI_AA; DCI_LT; DCI_GG. O índice varia de 10 a 0, sendo que mais próximo de 10 representa deficiências com controle interno.	Dados das variáveis de deficiências de controle interno.	Teixeira (2015)
<b>Variáveis Independentes de Controle</b>			
Tipo de empresa de auditoria (BIGFOUR)	Empresas que são auditadas por <i>Big Four</i> = 1; empresas que não são auditadas por <i>Big Four</i> = 0.	BM&FBovespa: FR 2.1/2 – Identificação e Remuneração Auditores Independentes.	Krishnan (2005); Ge & Mcvay (2005).
Tamanho da empresa (LASSET)	Logaritmo natural do total de ativos das empresas.	Economática	Krishnan (2005)
Rentabilidade do Ativo (ROA)	Fração entre lucro líquido e ativo total.	Economática	Ge & Mcvay (2005)

De acordo com as variáveis constantes na Tabela 2, observa-se o nível de escolha contábil conservadora (CN), bem como o nível de escolha contábil oportunista (GR), as quais se apresentam nos modelos principais de análise como variáveis dependentes, sendo que a variável independente de teste para os dois modelos é o índice de deficiência de controle interno (IDCI). Apresenta-se nas equações 5 e 6, os modelos principais de análise.

$$CN_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

$$GR_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

$$GRP_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6a)$$

$$GRN_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6b)$$

As equações 5 e 6, possuem o objetivo de observar se diferentes níveis de conservadorismo contábil ou práticas conservadoras dos gestores (5) e o nível de

gerenciamento de resultados ou práticas oportunistas (6) possuem relação com diferentes níveis de deficiências de controle interno (IDCI). Na equação 6 de gerenciamento de resultados, além de observar a influência das deficiências de controle interno e variáveis de controle no GR total das empresas, delimitou-se sub equações a partir desta, em que se separou o GR para aumentar o resultado (GRP) e o GR para diminuir o resultado (GRN). Para a análise dos dados utilizou-se de testes estatísticos tais como: estatística descritiva, regressão linear múltipla para a identificação do nível de gerenciamento de resultados e conservadorismo contábil, por meio do *software* SPSS e regressão de dados em painel por meio do *software* STATA, o qual foi necessário para a análise das equações 5 e 6.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesta seção a análise e descrição dos resultados. Inicialmente na Tabela 3 demonstra-se a análise descritiva das variáveis.

Tabela 3  
**Análise descritiva das variáveis**

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
CN	-8,360	6,446	-0,255	1,547
GR	-0,944	0,419	-0,050	0,182
IDCI	0,000	5,864	0,250	0,565
BIGFOUR	0,000	1,000	0,961	0,194
LASSETAT	10,808	21,086	16,067	1,746
ROA	-41,400	51,800	3,957	8,129

Nota. CN - escolha contábil conservadora; GR - escolha contábil oportunista; IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo.

De acordo com a Tabela 3 observa-se que a média das empresas foi de não apresentar como escolha contábil o conservadorismo (CN), visto que demonstraram média de -0,255, sendo que de acordo com o modelo de Banker *et al.* (2016), para se ter conservadorismo tem-se que ter o coeficiente com o sinal positivo. Em relação ao gerenciamento de resultados (GR) observou-se que a maioria das empresas realizou tal prática para reduzir o resultado, ao contrário de aumentá-lo. De acordo com Watts e Zimmerman (1990) ao realizar escolha contábil para reduzir o resultado, a empresa pode estar pensando no custo político, de pagar menos impostos devido ao seu porte e receita, sendo que devido a amostra se tratar de empresas listadas em bolsa de valores, concede maior visibilidade das empresas ao governo. Desta forma, realizam escolhas para diminuir o resultado, para chamar menos atenção, e neutralizar a possibilidade de pagamento de novos tributos, quando apresentarem elevado tamanho.

Quanto ao índice de deficiência de controle interno (IDCI) observa-se que há algumas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria e não possuem nenhuma deficiência de controle divulgada, demonstrando a eficiência do comitê de auditoria na limitação de tais problemas. Por outro lado, há empresas com elevado nível de deficiência de controle interno (5,864). Em relação a variável de *Big Four*, por esta variável ser dicotômica de 0 para empresas auditadas por empresas não *Big Four* e 1 para empresas sendo auditadas por *Big Four*, devido a média ser mais próximo de 1, associa-se que a maioria das empresas são auditadas por *Big Four*, sendo este resultado já esperado devido as características das empresas adotadas na pesquisa.

Quanto ao tamanho da empresa, esta variável apresenta-se normalizada. Já quanto a rentabilidade do ativo, observa-se que a maioria das empresas possuem rentabilidade positiva em relação ao ativo total da empresa. Entretanto, algumas não estão conseguindo ter retorno de seus ativos (-41,40) e outras estão conseguindo gerar lucro de 50% em relação aos valores investidos em ativos. Apresenta-se na Tabela 4 o resumo do modelo 5, o qual tem por intuito medir a influência das deficiências de controle interno no conservadorismo contábil.

Tabela 4

**Influência da Deficiência de Controle Interno e Variáveis de Controle no Nível de Conservadorismo Contábil – Efeito aleatório**

Variáveis	Coefic.	Sig.
IDCI	0,1407291	0,295
BIGFOUR	0,2260049	0,585
LASSET	-0,1171777	0,028
ROA	-0,0044824	0,666
_Constante	1,397471	0,150
R Within	0,0001	
R Between	0,0466	
R Overall	0,0317	
Teste F	0,1397	
LM de Breusch-Pagan	0,000*	
Teste de Chow	0,000*	
Teste de Hausman	0,1909	
N	409	

Nota. IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo. \* Significativo a 5%.

De acordo com os testes de LM de Breusch-Pagan, Chow e Hausman utilizou-se modelo de efeito aleatório para a análise dos dados. Entretanto, de acordo com o teste F de significância do modelo, constatou-se que este não se demonstrou significativo, inferindo-se que tanto as deficiências de controle interno, quanto as variáveis de controle *Big Four*, tamanho da empresa e rentabilidade do ativo não influenciaram os gestores nas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria a terem práticas diferenciadas de conservadorismo contábil. Este resultado pode estar atrelado ao motivo de poucas empresas (conforme demonstrado na Tabela 3) praticarem o conservadorismo contábil.

Desta forma, percebe-se que dentre as práticas contábeis adotadas pelos gestores das empresas listadas em bolsa que possuem comitê de auditoria, a maioria não pratica o conservadorismo contábil. Ainda, se infere que tendo deficiências de controle interno, o comitê não recomenda os gestores a serem mais conservadores no reconhecimento de suas operações contábeis. Na Tabela 5 apresenta-se o resumo dos modelos 6, 6a e 6b.

Quanto aos resultados constantes na Tabela 5, observa-se que para a equação 6 aplicou-se o modelo de efeito POLS e para as equações 6a e 6b o efeito fixo, devido aos resultados dos testes de Chow, LM de Breusch-Pagan e Hausman. A equação 6 não se demonstrou significativa, demonstrando que não é suficiente para capturar se as deficiências de controle interno, o tipo de empresa de auditoria, o tamanho da empresa e a rentabilidade do ativo impactam em níveis diferenciados da prática de gerenciamento de resultados (sem separar em *accruals* positivos e negativos) nas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria.

Quanto aos resultados da equação 6a, se observou significância do modelo, o que demonstra que as variáveis testadas explicaram níveis diferenciados da escolha contábil para aumentar o resultado. Em relação as variáveis significativas, constatou-se que o tamanho da empresa e a rentabilidade do ativo impactaram na diminuição da prática de gerenciamento de

resultados. Este resultado evidencia que empresas que possuem grande porte e alta rentabilidade do ativo, gerenciam menos o resultado para aumentar estes lucros. Este resultado vai ao encontro ao preconizado pela hipótese do custo político de Watts e Zimmerman (1990), em que grandes empresas e com alta lucratividade ou rentabilidade a fim de evitar custo político de novos impostos, adotam escolhas contábeis para diminuir o resultado, e evitar custos políticos. Observou-se neste modelo que as deficiências de controle interno não impactaram em escolhas contábeis diferenciadas para aumentar o resultado.

Tabela 5

### Influência da Deficiência de Controle Interno e Variáveis de Controle no Nível de Gerenciamento de Resultados

Variáveis	Equação 6 – POLS		Equação 6a P – FIXO		Equação 6b N – FIXO	
	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.
IDCI	-0,0264665	0,102	-0,003665	0,750	0,0961388	0,005*
BIGFOUR	0,0420177	0,369	0,02581	0,401	0,2642884	0,076***
LASSET	-0,0034697	0,518	-0,0280623	0,097***	0,0012566	0,975
ROA	-0,0017067	0,136	-0,0054968	0,000*	-0,0001979	0,969
_Constante	-0,0214616	0,832	0,5046312	0,068	-0,1526577	0,822
R Within	-	-	0,2324	-	0,0805	-
R Between	-	-	0,0407	-	0,0720	-
R Overall	-	-	0,0631	-	0,0031	-
R-squared	0,0131	-	-	-	-	-
Teste F	0,2535	-	0,0001*	-	0,0277*	-
LM de Breusch-Pagan	1,0000	-	0,1534	-	1,0000	-
Teste de Chow	0,9163	-	0,0129*	-	0,6682	-
Teste de Hausman	0,4763	-	0,0001*	-	0,0208	-
N	409	-	187	-	222	-

**Nota.** IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo. \* Significativo a 1%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 10%.

Em relação aos resultados da equação 6b, observou-se também significância do modelo, demonstrando que as variáveis testadas influenciaram em diferentes níveis de gerenciamento para diminuir o resultado. Nesta equação, constatou-se que as deficiências de controle interno apresentaram influência significativa para o aumento do nível de gerenciamento de resultados para diminuir o resultado, ou seja, empresas que possuem deficiência no controle tendem a gerenciar mais para diminuir o resultado. Além disso, constatou-se que empresas auditadas por *Big Four* também tiveram maior gerenciamento para diminuir o resultado, sendo que este resultado se revela como inusitado, uma vez que este tipo de empresa de auditoria tende a estar associado com a diminuição do nível de gerenciamento de resultados, para melhorar a qualidade da informação contábil. Desta forma, sugere-se em estudos futuros um maior aprofundamento de tal relação.

#### 4.1 Discussão Dos Resultados

Constatou-se que as deficiências de controle interno não apresentaram influência significativa para níveis diferenciados de escolhas contábeis conservadoras, sendo que este resultado rejeita a hipótese 1 “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil conservadora adotada por empresas brasileiras”. A relação entre as deficiências de controle interno e o nível de escolhas contábeis oportunistas (sem considerar *accruals* positivos ou negativos) não apresentou-se significativa, bem como o IDCI não impactou significativamente nos *accruals* para aumentar o resultado da empresa, rejeitando-se, desta forma, as hipóteses 2 “as deficiências de controle interno apresentam



influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras” e 2a “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para aumentar o resultado”.

Por outro lado, observou-se que as deficiências de controle interno impactaram significativamente para o aumento do nível de gerenciamento de resultados, quando este fora para diminuir os lucros, aceitando a hipótese 2b “as deficiências de controle interno apresentaram influência significativa com a escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para diminuir o resultado” Estes resultados revelam, de acordo com Doyle *et al.* (2007), que empresas com controle interno fraco possuem menor qualidade de lucros, devido ao maior gerenciamento de resultados. Somado a isto, Ashbaugh-Skaife *et al.* (2008) destacam que quando as empresas conseguem corrigir os problemas de controle apontados pela auditoria, tendem a adotar práticas mais conservadoras e cautelosas, bem como demonstrar menores variações em contas como provisões, que são passíveis de gerenciamento de resultados. Desta forma, a observância cuidadosa das deficiências de controle interno pela auditoria se faz importante, sobretudo em que a divulgação das deficiências do controle interno não é obrigatória, para então recomendar práticas mais cautelosas e diminuição do gerenciamento de resultados.

Quanto a relação não significativa entre o conservadorismo contábil e as deficiências de controle interno, este resultado vai de encontro ao observado por Goh e Li (2011), os quais constaram que empresas que apresentaram fraquezas materiais nos controles tiveram conservadorismo contábil inferior em comparação com as que não possuíam tais fraquezas. Este resultado corrobora com o observado por Ji *et al.* (2016), que verificaram que as deficiências de controle interno impactaram em menores escolhas contábeis conservadoras.

Além disso, constatou-se que as variáveis de controle tamanho da empresa e rentabilidade do ativo impactaram para diminuir o nível de gerenciamento de resultados, sendo que este resultado vai ao encontro a hipótese de custo político, sendo que empresas que se destacaram no mercado (pelo tamanho e lucratividade) tendem a realizar escolhas contábeis para diminuir o resultado, evitando novos tributos. Além disso, surpreendeu-se com o achado de que empresas que são auditadas por *Big Four* tendem a gerenciar mais o resultado para diminuir os lucros, necessitando-se de novos estudos para observar esta relação, visto que no atual estudo foi observado somente empresas que possuem comitê de auditoria.

## 5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas. A amostra correspondeu as empresas listadas na B3 com dados não balanceados no período de 2010 a 2015, as quais possuíam comitê de auditoria, bem como as demais informações necessárias para a análise. A análise principal foi realizada com base em regressão de dados em painel, por meio do *software* STATA.

Os resultados demonstraram que a maioria das empresas analisadas que possuem comitê de auditoria não demonstrou a escolha contábil conservadorismo, devido ao coeficiente negativo, sendo que de acordo com Banker *et al.* (2016), para demonstrar a utilização desta escolha contábil o coeficiente deve-se demonstrar positivo. Este resultado pode estar atrelado ao fato de que após o período de 2010, devido à utilização das IFRS no cenário de empresas brasileiras, recomendou-se a característica qualitativa de neutralidade

para as informações contábeis, o que pode ter impactado na redução do conservadorismo adotado por estas empresas. Quanto à escolha contábil de GR, observou-se que a maioria das empresas realizou a prática oportunista para diminuir o resultado.

Deste modo, em relação a estes achados, constatou-se que as empresas analisadas de forma geral, realizaram escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, entretanto, em maior grau realizaram o gerenciamento de resultados, ou seja, utilizaram de escolhas oportunistas *ex post*, ao contrário de eficientes *ex ante*, conforme a classificação de Watts e Zimmerman (1990).

Quanto aos resultados da regressão de dados em painel, constatou-se que as deficiências de controle interno e as variáveis de controle não influenciaram em práticas diferenciadas de conservadorismo contábil. Infere-se que as empresas analisadas quando apresentaram ambiente interno com problemas não adotaram de forma diferenciada o conservadorismo contábil, além do que, o tamanho da empresa, a rentabilidade do ativo, bem como a auditoria realizada por *Big Four* não impactaram na escolha contábil conservadora. Este resultado pode estar atrelado à baixa adoção das empresas à escolha conservadora das informações contábeis. Com base neste achado, rejeitou-se a hipótese 1.

Já em relação ao nível de GR, observou-se que quando a prática é para aumentar os lucros, teve-se impacto do tamanho da empresa e rentabilidade do ativo. Este resultado pode indicar que as empresas a fim de evitar custos políticos de novos tributos devido ao seu porte e alta rentabilidade realizam escolhas contábeis com o intuito de diminuir o lucro (Watts & Zimmerman, 1990). Também, constatou-se que empresas que gerenciam o resultado para aumentá-lo não tiveram influência de controles internos fracos e com deficiência.

Já em relação ao gerenciamento para diminuir o resultado, observou-se influência significativa das deficiências de controle interno. As empresas analisadas que possuíam comitê de auditoria e problemas em seus controles, apresentaram em maior grau a prática oportunista para reduzir o resultado. Desta forma, com base nestes achados de gerenciamento de resultados, teve-se a rejeição das hipóteses 2 e 2a, e aceitação da hipótese 2b. Além disso, em relação ainda ao gerenciamento para diminuir o resultado, constatou-se que este foi aumentado em empresas auditadas por *Big Four*, o que se sugere maior investigação em estudos futuros, da qualidade da informação contábil quanto ao GR em empresas que possuem comitê de auditoria e são auditadas por *Big Four*.

De maneira geral, constatou-se que as deficiências de controle interno se associaram a uma contabilidade de pouca qualidade, pelo aumento da prática oportunista dos gestores. A existência de fraca estrutura de controles internos cria situações oportunas para os agentes gerenciarem resultados (Chan *et al.*, 2005; Goh & Li, 2011).

Como contribuições para a academia e para a ciência, observa-se que ambientes com deficiência de controle não se associaram a escolhas contábeis eficientes para promover a qualidade da informação contábil e diminuição da assimetria da informação, mas sim com escolhas oportunistas, as quais mascaram resultados com o intuito de trazer benefícios particulares, não observando os interesses dos usuários da informação.

Indica-se que no cenário de empresas brasileiras, em contextos internos de deficiência de controle, há interferência de comportamentos e/ou viés de seleção, afetando negativamente a qualidade dos relatórios de contabilidade (Ashbaugh-Skaife *et al.* 2008; Ji *et al.*, 2016), pelo impacto no aumento da escolha contábil para gerenciar resultados. O ambiente fraco de controle e ou deficiente gera um “efeito cascata” prejudicando outros fenômenos organizacionais, como as informações da empresa, devido ao aumento do gerenciamento de resultados, ao contrário de despertar atenção dos agentes internos para adotarem práticas que mitigassem estas deficiências, como por exemplo o conservadorismo. Assim, infere-se na

tendência de o ambiente interno com deficiências revelar outros problemas contábeis, como assimetria da informação ocasionado por escolhas como a manipulação de resultados.

Como contribuições dos resultados para a prática contábil recomenda-se maior atenção por parte de órgãos reguladores, no sentido de criar metodologias mais robustas e eficientes de divulgação das deficiências de controle, visto que a falta de evidenciação das DCIs pode comprometer a qualidade da informação contábil e gerar assimetria informacional entre os diferentes *stakeholders* atrelados a organização. A divulgação das deficiências de controles internos para os diferentes usuários da informação contábil, pode gerar maior pressão para com as empresas para a correção destes, o que propiciará maior qualidade das informações contábeis.

Como sugestão de pesquisas futuras recomenda-se a análise exploratória da influência de firmas de auditoria *Big Four* na qualidade da informação contábil em empresas que possuem comitê de auditoria, a fim de avançar com o achado da presente pesquisa. Ainda, recomenda-se em estudos futuros a análise de escolhas contábeis e deficiências de controle interno em empresas que não possuem comitê de auditoria, a fim de trazer um contraponto à presente pesquisa. Como limitação do estudo tem-se a utilização de somente um modelo de conservadorismo e gerenciamento de resultados para a análise, uma vez que caso se utilizasse de outros modelos, os resultados podem se demonstrar diferentes. Dessa forma, recomenda-se em estudos futuros a utilização de outros modelos para a análise dos fenômenos apresentados e expansão dos achados.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, J.E.F. (2010). *Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos*. 2010. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The Accounting Review*, 83(1), 217-250. <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.1.217>
- Banker, R. D., Basu, S., Byzalov, D., & Chen, J. Y. (2016). The confounding effect of cost stickiness on conservatism estimates. *Journal of Accounting and Economics*, 61(1), 203-220. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2015.07.001>
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings 1. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 3-37. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1)
- Bryan, S. H., & Lilien, S. B. (2005). *Characteristics of firms with material weaknesses in internal control: An assessment of Section 404 of Sarbanes Oxley*. Recuperado em 01 fevereiro de 2017: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=682363](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=682363). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.682363>
- Chan, K. C., Farrell, B. R., & Lee, P. (2005). *Earnings management and return-earnings association of firms reporting material internal control weaknesses under Section 404 of the Sarbanes-Oxley Act*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2017: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=744806](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=744806)
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011) - *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)
- CPC 00. *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Acessado em 24 de julho de 2019, em [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)

- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225.
- Doyle, J. T., Ge, W., & McVay, S. (2007). Accruals quality and internal control over financial reporting. *The Accounting Review*, 82(5), 1141-1170. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.5.1141>
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 255-307. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3)
- Financial Accounting Standards Board (FASB). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 2, Qualitative characteristics of accounting information*. Norwalk, CT: FASB, 1980.
- Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 309-319. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00017-9)
- Ge, W., & McVay, S. (2005). The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. *Accounting Horizons*, 19(3), 137-158. <https://doi.org/10.2308/acch.2005.19.3.137>
- Goh, B. W., & Li, D. (2011). Internal controls and conditional conservatism. *The Accounting Review*, 86(3), 975-1005. <https://doi.org/10.2308/accr.00000041>
- Hogan, C. E., & Wilkins, M. S. (2008). Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies?. *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242. <https://doi.org/10.1506/car.25.1.9>
- Hu, J., Li, A. Y., & Zhang, F. F. (2014). Does accounting conservatism improve the corporate information environment?. *Journal of international accounting, Auditing and Taxation*, 23(1), 32-43. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2014.02.003>
- Ji, X., Lu, W., & Qu, W. (2016). Internal control weakness and accounting conservatism in China. *Managerial Auditing Journal*, 31(6/7), 688-726. <https://doi.org/10.1108/MAJ-08-2015-1234>
- Jiang, W., Rupley, K. H., & Wu, J. (2010). Internal control deficiencies and the issuance of going concern opinions. *Research in Accounting Regulation*, 22(1), 40-46. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2009.11.002>
- Jiraporn, P., Miller, G. A., Yoon, S. S., & Kim, Y. S. (2008). Is earnings management opportunistic or beneficial? An agency theory perspective. *International Review of Financial Analysis*, 17(3), 622-634. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2006.10.005>
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 193-228. DOI: 10.2307/2491047
- Krishnan, J. (2005). Audit committee quality and internal control: An empirical analysis. *The accounting review*, 80(2), 649-675. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.2.649>
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. Tese de Doutorado em Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, A., Da Cunha, P. R., & Teixeira, S. A. (2018). Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12, e138529-e138529.
- Teixeira, S. A. (2015). *Efeito Moderador das deficiências do controle interno na relação entre seus determinantes e consequentes*. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau. Santa Catarina, Brasil.
- Warfield, T. D.; Wild, J. J. & Wild, K. L. (1995). Managerial ownership, accounting choices, and informativeness of earnings. *Journal of accounting and economics*, 20 (1), 61-91.



- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156.
- Zeleny, M. (1982). *Multiple criteria decision making*. New York: McGraw-Hill.
- Zhang, Y., Zhou, J., & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of accounting and public policy*, 26(3), 300-327. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2007.03.001>

---

\*Conforme Portaria Nº 206, de 4 de setembro de 2018, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### *Internal Control Deficiencies and Conservative and Opportunist Accounting Choices*

#### **ABSTRACT**

**Objective:** *To analyze the influence of internal control deficiencies on conservative and opportunistic accounting choices.*

**Method:** *Objective description, documentary procedures and quantitative approach to the problem. The sample consisted of 63 to 77 companies with unbalanced data for each year from 2010 to 2015, which had an audit committee, as well as other information necessary for this analysis. The main analysis was carried out based on panel data regression using STATA software.*

**Originality/relevance:** *It presents as relevant in the current study the measurement and analysis of internal control deficiencies, since little has been discussed in national surveys, mainly due to the difficulty of measurement.*

**Results:** *The results showed that the company's internal environment when it presented deficiencies did not impact on differentiated conservative accounting choices, but significantly influenced in the increase of the level of management to reduce the result. In addition, it was found that the control variables size of the company and profitability of the asset influenced in the reduction of the level of management in order to increase the result, which evidences the company's choice to reduce political costs.*

**Theoretical and methodological contributions:** *As a contribution of the study, it is clear that in a weak internal control environment, even if the company has an audit committee, there may be an increase in the level of management earnings, which impairs the quality of accounting information.*

**Keywords:** *Internal Control Deficiencies; Audit Committee; Accounting Conservatism; Opportunistic Accounting Choices.*


---

Paulo Roberto da Cunha 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
Universidade do Estado de Santa Catarina, SC,  
Brasil  
E-mail: pauloccsa@furb.br

Alini da Silva 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
E-mail: alinicont@gmail.com

Leonardo Bernardi Rohenkohl 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil  
E-mail: leo\_pigos@hotmail.com

---

Received: February 18, 2019

Revised: July 18, 2019

Accepted: September 17, 2019

Published: December 16, 2019

